

Assembleias Setoriais – Hoje - 23/11

TRT - às 14h, em frente ao Tribunal Pleno

JF - às 15h, em frente à Seção Judiciária (Rua 19)

TRE - às 16h30, em frente à cantina

- Deliberação sobre a deflagração de greve por tempo indeterminado

Falta de proposta força necessidade da categoria intensificar a greve em todo o país

A única alternativa no momento para a categoria é aumentar as mobilizações e intensificar a greve em todo o país. Na avaliação dos coordenadores da Fenajufe, após audiência na tarde de quinta-feira (19) com o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes; e o diretor geral, Alcides Diniz; este é o maior desafio da categoria no momento.

A audiência, no entanto, não representou qualquer avanço em relação às reivindicações dos servidores, segundo avaliação dos coordenadores da Fenajufe. O ministro Gilmar Mendes, não disse qual é a proposta, não definiu um calendário e ainda exigiu o fim da greve.

Os dirigentes sindicais questionaram a afirmação do ministro, respondendo que a greve é um direito de todos os trabalhadores e um instrumento legítimo quando não há avanço nas negociações. “Nós só vamos discutir com a categoria a suspensão da greve depois que tivermos uma resposta concreta do Supremo e a garantia de que o projeto vai para o Congresso. Do contrário, vamos manter a greve

em todo o país”, respondeu Roberto Policarpo, questionando os termos apresentados pelo ministro. Os representantes da Federação também explicaram que os servidores estão em greve para reivindicar, além do envio imediato do projeto ao Congresso, o compromisso de que não vai haver qualquer diminuição dos valores da tabela proposta. “Não concordamos que haja rebaixamento na tabela. Se isso acontecer não conseguiremos a equiparação com as carreiras similares do Executivo e do Legislativo”, respondeu Policarpo.

Segundo o presidente do STF, apenas dois pontos da proposta precisam ser fechados, que incluem o valor do orçamento e o corte nas Funções Comissionadas para baixar o impacto financeiro. Mesmo afirmando que tem acordo com o reajuste salarial dos servidores, o ministro reforçou sua posição de que não apresenta nada enquanto a greve for mantida. Diante da falta de qualquer proposta, a diretoria da Fenajufe afirma a necessidade da categoria reforçar a greve em todo o país. (Fenajufe)

Coordenadores da Fenajufe discutem pontos da revisão salarial com ministro Ives Gandra

Os coordenadores da Fenajufe Ramiro López e Roberto Policarpo participaram, na quarta-feira (18/11), de uma reunião com o presidente da Comissão de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ, ministro Ives Gandra; com o conselheiro do CNJ e membro da mesma Comissão, José Adônis Callou de Araújo; com Alcides Diniz, diretor-geral do STF; e com secretário de Recursos Humanos do STF, Amarildo Oliveira. Também participaram da reunião o presidente da Ajufe, Fernando Cesar Baptista de Mattos; e o vice-presidente da Anamatra, Renato Henry Sant’anna. A pauta do encontro era a proposta de revisão salarial dos servidores do Judiciário.

No início da reunião o ministro Ives Gandra apresentou os pontos que, segundo ele, estavam sendo discutidos. Os coordenadores da Fenajufe debateram cada ponto e uma nova reunião deverá ser agendada.

Veja a seguir os pontos apresentados pelo conselheiro:

- Redução da opção da CJ de 65 para 40%, proposta que tem divergência de alguns diretores gerais dos tribunais.
- Extinção do valor integral da FC.

- Diminuição do número de FCs. Já existe uma orientação do CNJ no sentido de reduzir o número de FC’s, o que vem acontecendo em todos os tribunais.
- Compromisso de implantar o projeto em no máximo três parcelas semestrais, iniciando em 2011.
- Maior aumento no vencimento, mantendo a GAJ em 50%. Tabela com 12 padrões.
- Teto: proposta de que a remuneração dos servidores mais o valor da opção CJ3 não ultrapasse 95% do subsídio do juiz substituto.
- Subteto: que os valores percebidos pelo Adicional de Qualificação, GAS e GAE sejam somados para não ultrapassar o valor do subsídio do juiz substituto.
- Incluir no projeto um artigo que contemple o reajuste com a perspectiva da inflação de 2010.

Após a apresentação do ministro, os coordenadores da Fenajufe fizeram várias ponderações, defendendo que seja mantida a tabela apresentada pelo Supremo, definida em reunião dos presidentes do dia 7 de outubro.

Fonte: Agência Fenajufe de Notícias

